

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CENÁRIO DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: BREVE HISTÓRICO

Ana Paula de Holanda Cavalcanti [*]

Waldênia Leão de Carvalho [**]

[*] Mestre em Educação (UPE). Especialista em gestão educacional e coordenação pedagógica (UFPE). Graduada em licenciatura em Pedagogia (UFPE). Professora da educação básica no município de Buenos Aires/PE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5674-8435>, E-mail: paulaholanda88@hotmail.com

[**] Doutora em Educação (UERJ). Mestre em Educação (UFPB). Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação. Líder do grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e adultos – NEPEJA. Pesquisadora e militante da Educação de Jovens e Adultos e da Educação do Campo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4477-5353> E-mail: waldenia.leao@upe.br

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar um breve panorama sobre o surgimento e desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a educação do campo. O aporte teórico está pautado na legislação vigente que a rege. A pesquisa de tipo documental foi realizada através de consulta, leitura, análise de documentos oficiais, relatórios, leis e portarias que tratam do tema, assim como acesso a sites oficiais do governo federal, a fóruns e comitês voltados ao tema. Os resultados mostram um histórico de negação do Estado brasileiro para com os povos do campo e, posteriormente, a luta dos movimentos e organizações sociais para o direito à educação dessas populações, que resultou na criação e desenvolvimento de programas e ações para as escolas do campo, como o transporte escolar, a elaboração de materiais didáticos específicos, a adequação da merenda escolar, programas referentes ao abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, a formação do professor na área, a formulação de documentos oficiais como leis e resoluções para regulamentação dessa modalidade, entre outros. Atualmente, mesmo com a desativação de vários programas, a educação do campo ainda luta pela garantia das escolas nos espaços rurais e pela sua inserção nas pautas centrais do debate educacional, como a inclusão do tema no Plano Nacional de Educação.

Palavras-chave: Educação do campo. Políticas educacionais. Programas e ações.

INTRODUÇÃO

Abordamos, nesse artigo, os marcos normativos para a educação do campo (EC), destacando os principais documentos que contribuíram para a formação dessa política educacional no Brasil, além dos programas que subsidiaram o desenvolvimento dessa educação. Antes de iniciarmos a discussão sobre a legislação e os programas da EC, se faz necessário destacar os eventos que forjaram a Política Nacional de Educação do Campo, protagonizada pela luta e anseios dos movimentos sociais do campo.

De acordo com Silva (2009), entre os anos de 1950 e 1960, os movimentos sociais, já abordavam questões referentes aos direitos sociais dos povos do campo, mas foi na década de 1990 que estas questões foram intensificadas. Os eventos que desencadearam a formação dessa política levaram com a criação de programas e projetos, grupos de trabalho, coordenações, comissões, documentos e legislação que fortaleceram a luta pela educação do campo, associada à persistência dos movimentos sociais, foram essenciais na luta. Alguns autores consultados que descrevem esse processo são: Arroyo e Fernandes (1999); Brasil (2004); Kolling, Cerioli e Caldart (2002); Santos (2015), Oliveira e Campos, 2012; Alencar (2010).

Nesse percurso, destacamos os movimentos realizados pelo coletivo em sua articulação com o tema. Optamos por descrevê-los na ordem cronológica de acontecimentos.

QUADRO 01- Desenvolvimento da Política Nacional de Educação do Campo

MOVIMENTO POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
1997	I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA)
1998	Articulação Nacional Por uma Educação do Campo
	I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo (Luziânia – Goiás). Política de Educação do Campo.
	Programa de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.
2003	Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo – GPT MEC.
	Seminário Nacional de Educação do Campo (Brasília).
2004	Referências para uma política nacional de Educação do Campo - Cadernos de Subsídios. GPT de Educação do Campo.
	II Conferência Nacional Por Uma de Educação do Campo.
	SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade (Em 2011, passa a abordar a temática da inclusão, sendo nomeada de SECADI).
	Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC).

Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) (seminários, reuniões).
II Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA) (Luziânia – Goiás).
Comissão especial para acompanhamento, sugestões de aperfeiçoamento e fortalecimento institucional das Licenciaturas em Educação do Campo. Portaria nº 86, de 24 de agosto de 2015. Portaria nº 102, de 9 de outubro de 2015.
Grupo de Trabalho de Políticas de Fortalecimento da Educação do Campo Portaria nº 948, de 21 de setembro de 2015.
Grupo de Trabalho – GT para estudo e elaboração de proposta de Políticas Públicas que visem ao fortalecimento dos Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAs. Portaria nº 100, de 7 de outubro de 2015. Portaria nº 3, de 5 de fevereiro de 2016.
Encontro Nacional da Educação do Campo (20 anos do PRONERA).

Fonte: As autoras, 2019.

A discussão sobre a educação para os povos do campo, em âmbito nacional, apresentou como marco histórico, o Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA) em 1997, quando grupos e movimentos sociais camponeses se articularam para o desenvolvimento de proposições de políticas públicas (ANTUNES-ROCHA *et al*, 2010). O encontro fomentou uma sucessão de outras iniciativas que tiveram papel importante na construção da discussão e das ações que desencadearam o desenvolvimento da educação do campo. O evento ainda reafirmou a luta por uma política de educação do campo através da discussão de propostas para atender às demandas e singularidades da educação para os povos do campo, como a criação de programas e projetos. Desde então, a educação do campo passou a fazer parte do cenário da política educacional brasileira, sendo produzida uma série de normativas, programas, projetos, pesquisas e publicações, como relatórios, livros e artigos, entre outros.

Metodologia

O trabalho se constitui numa pesquisa de tipo documental. De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental explora fontes diversas, que ainda não foram analisadas, podendo também abordar documentos previamente analisados, como relatórios, dentre outros. Nessas fontes podem ser encontradas informações como dados estatísticos, registros institucionais, documentos pessoais, documentos referentes à comunicação de massa.

Foram utilizados diversos materiais publicados, impressos, bem como material digital, como leis, pareceres, resoluções, relatórios, documentos oficiais, artigos científicos, livros que tratam do tema abordado, além da coleta das notícias e demais informações no endereço eletrônico do Ministério da Educação (MEC). Cada material passou por uma leitura criteriosa para levantamento, verificação e análise das informações.

MARCOS NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação do campo, muitas vezes deixada ao esquecimento, passa a ter maior notoriedade no século XXI, conquistando direitos e visibilidade nos documentos oficiais. No parecer nº 36/2001 que trata das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, a educação do meio rural não era elemento prioritário nos textos constitucionais, havendo grande perda para as populações, habitantes desses territórios (BRASIL, 2001).

Atualmente, podemos perceber uma série de documentos oficiais que normatizam e orientam a EC em todo o território nacional. No quadro 02 abaixo, sintetizamos os principais marcos normativos que tratam da EC. Esse conjunto de documentos, leis, decretos, pareceres, resoluções, diretrizes, representam uma conquista para a modalidade, que passa a ser tratada, evidenciada e legitimada na legislação brasileira. Evidencia-se um avanço quanto aos direitos e garantias assumidos pelo Estado brasileiro, diante de anos de abandono educacional aos povos do campo. Para uma compreensão melhor do tema, organizamos em ordem cronológica, no quadro a seguir.

QUADRO 02 - Marcos normativos da educação do campo

A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E A EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.	Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Art.28).
Parecer CNE Nº 36/2001.	Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.
Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002.	Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.
Parecer CNE/ CEB Nº 1 de fevereiro de 2006.	Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA).
Parecer CNE/ CEB Nº 23/2007.	Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.
Parecer CNE/ CEB Nº 3/2008.	Reexame do Parecer CNE/ CEB Nº 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.
Resolução Nº 2, de 28 de abril 2008.	Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas de atendimento da Educação Básica do Campo.
Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.	Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.
Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009.	Dispõe sobre a alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola. (Art. 14, aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar).
Decreto Nº 8.752, de 9 de maio de 2016.	Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos profissionais da Educação Básica. (Art. 12, inciso VI).
Lei Nº 12.695, de 25 de julho de 2012.	Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; (...) altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na Educação do Campo; (Art. 13, inciso II).
Lei Nº 12.960 de 27 de março de 2014.	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de

<p>órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.</p>

Fonte: As autoras, 2019. Documento orientador: Legislação educacional vigente e no texto Educação do Campo: Marcos Normativos (BRASIL, 2012).

Cada um dos documentos apresenta orientações e normatizações para a educação do campo, desde a educação infantil ao ensino superior, tais documentos tratam de questões referentes ao fornecimento de parte da merenda escolar por pequenos agricultores; da formação de professores do campo; da organização do calendário letivo, dentre outros elementos pertinentes à realidade da educação campesina. É imprescindível conhecer esses documentos para se pensar e propor uma educação do campo mais igualitária, atendendo aos critérios e normas estabelecidos na legislação.

Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO

Diante das conquistas, observa-se que, com o passar do tempo, houve uma maior valorização, investimento e incentivo, através da criação de ações e implementação de programas específicos para a EC. O Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO, instituído em 2013, é um exemplo desse momento de efervescência. Pensado como uma ação coletiva de vários órgãos e instituições foram organizadas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), a qual visa o desenvolvimento da educação e dos povos do campo em suas muitas identidades (posseiros, bóias-frias, ribeirinhos, ilhéus, atingidos por barragens, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários, colonos ou sitiantes, caboclos dos faxinais, comunidades negras rurais, moradores de área de quilombo, povos da floresta, entre outros).

O programa abarca uma série de propostas e compreendem quatro eixos distintos, cada eixo atende a uma série de subprogramas. Algumas dessas políticas e programas que foram implementados nos últimos anos, têm contribuído significativamente com a melhoria da qualidade da educação do campo (BRASIL, 2013).

O PRONACAMPO resultou na criação de subprogramas, permitindo o atendimento aos seus objetivos, como destacamos no quadro 03.

QUADRO 03 - Subprogramas no âmbito do PRONACAMPO

PROGRAMAS	AÇÕES
------------------	--------------

<i>Eixo 1- Gestão e Práticas Pedagógicas</i>	
Programa Nacional do Livro Didático (PNLD Campo)	Destina-se à aquisição do livro didático para as escolas do campo e quilombolas, dos anos iniciais do ensino fundamental.
Programa Nacional Biblioteca da Escola. (PNBE – Temático)	Destina-se à aquisição de obras com as temáticas da educação, indígenas, quilombola, campo, educação de jovens e adultos, direitos, humanos, sustentabilidade socioambiental, relações étnico raciais e juventude.
Mais Educação Campo	Destina-se à educação integral com ampliação da jornada escolar nas escolas do campo.
Escola da terra	Destina-se à disponibilização de material didático; acompanhamento pedagógico e formação continuada dos professores das escolas do campo e quilombola, através de cursos.
<i>Eixo 2- Formação de Professores</i>	
Formação Inicial de Professores	Destina-se a Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, para os professores dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio que atuam no campo e nas comunidades quilombolas. Cursos de Licenciatura presencial e a distância para os professores do campo pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica.
Formação Continuada de Professores	Destina-se a cursos de aperfeiçoamento e especialização em Educação do Campo e quilombola pela Rede Nacional de Formação e da Universidade Aberta do Brasil.
<i>Eixo 3- Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional</i>	
EJA Saberes da Terra	Destina-se ao apoio financeiro e técnico aos sistemas de ensino para as turmas da educação de jovens e adultos, dos anos iniciais, finais do ensino fundamental, de forma integrada à qualificação profissional e ao ensino médio.
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC Campo	Destina-se à promoção do acesso à educação profissional e tecnológica aos jovens e trabalhadores do campo e quilombolas, por meio da disponibilização de vagas nos cursos de formação inicial e continuada (FIC) e no Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (E-TEC).
<i>Eixo 4 - Infraestrutura Física e Tecnológica</i>	
Construção das Escolas	Destina-se à disponibilidade de recursos financeiros para a construção de escolas com arquitetura específica e padronizada.
Inclusão Digital	Destina-se à disponibilização de equipamentos de informática, (computador interativo, conexão com a internet, laboratórios, notebook UCA, etc.).
PDDE Campo- Programa Dinheiro Direto na Escola	Destina-se à liberação de recursos financeiros para as escolas do ensino fundamental do campo, que possuam Unidade Executora Própria – (UEX). Resolução nº 36 de 21 de agosto de 2012.
PDDE Água e Esgoto Sanitário – Programa Dinheiro Direto na Escola	Destina-se à liberação de recursos financeiros para aquisição de equipamentos, instalações hidráulicas, mão de obra, construção de cisternas, poços, fossa sépticas.
Luz para Todos na Escola	Destina-se ao fornecimento de energia elétrica para as escolas que são desprovidas.
Transporte Escolar	Destina-se ao transporte escolar dos estudantes do campo para o campo, por meio de ônibus, lanchas ou bicicletas, via adesão no Plano de Ações Articuladas.

Fonte: As autoras, 2019. Documento Orientador do PRONACAMPO (BRASIL, 2013).

A síntese apresenta um conjunto de ações articuladas do governo federal para as escolas do campo, sendo financiada com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A participação exige que os entes federativos façam a adesão aos programas para que assim, sejam disponibilizados os recursos.

O PRONACAMPO tem por objetivo assegurar o acesso e a permanência dos alunos do campo e a melhoria da qualidade do ensino público nessas localidades. Trata-se, portanto, de um programa bastante significativo de conquistas para os povos do campo, quanto ao direito à educação pública, gratuita e que atenda as diferentes realidades sociais, oportunizando o desenvolvimento pessoal, social e profissional.

O PRONACAMPO reúne 13 subprogramas, distribuídos em eixos distintos, que buscam contemplar as diferentes dimensões do processo educativo. São ações que abarcam a produção de material didático, como o livro, entre outros materiais que abordam a formação inicial e continuada dos professores através de cursos destinados ao trabalho docente com a EC. A educação de jovens e adultos associada à formação profissional, ações voltadas a infraestrutura dos prédios, ao transporte escolar e as tecnologias digitais. Os programas citados demonstram que em determinado momento da história da educação pública do país foram criados, adaptados e/ou direcionados, programas para atender aos povos, a educação e as escolas do campo. Nota-se, nesse período, um maior esforço por parte do governo em atender às demandas e reivindicações da sociedade civil.

No caminho de crescimento das ações para o campo, sintetizamos no quadro 04 os programas para a educação do campo. Ele apresenta um breve panorama do desenvolvimento de alguns programas para a educação do campo. Destacando o investimento financeiro e o atendimento às escolas e alunos no âmbito da Educação Básica.

Quadro 04: Abrangência dos Programas para a educação do campo

PROGRAMA	INVESTIMENTO	ATENDIMENTO	INFORMAÇÕES ADICIONAIS
<p>PDDE Básico</p> <p>Programa Dinheiro Direto na Escola</p>	<p>2015: R\$ 823,7 milhões</p>	<p>123 mil escolas</p>	<p>R\$ 1,17 bilhão no âmbito das ações de Educação Integral/Mais Educação, Ensino Médio Inovador, PDE Escola, PDDE Água, Escola Sustentável, Mais Cultura e PDDE Campo”.</p> <p>2015: PDDE Básico, total: R\$ 2 bilhões, beneficiando cerca de 30 milhões de alunos”</p> <p>2012-2015, foram destinados mais de R\$ 3 bilhões para atender a uma média de 131 mil escolas da educação básica e uma média de 5.078 entes federados por ano”.</p>

Mais Educação	2015	22.542 escolas do campo, incluindo escolas indígenas e quilombolas	“Foram aprovados 2.560 projetos para construção de escolas do campo, indígenas e quilombolas”.
PDDE Campo	R\$ 60,8milhões	13.900 escolas do campo	
PDDE Água	R\$ 51,2 milhões	4.447 escolas	
PROJOVEM Campo	2014 R\$ 55,3 milhões	14 Estados, 302 Municípios e DF. Meta: 42.845 jovens da agricultura familiar	2012 a 2015 “foram destinados R\$ 115 milhões para execução do programa” “2015, foram beneficiados 826 gestores e 922 formadores”
PROCAMPO Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo	2014: R\$17,8 milhões	3.138 vagas	
	2015: R\$18,4 milhões	13.770 vagas	
PNBE-Temático Programa Nacional de Biblioteca na Escola	2015: R\$ 24,7 milhões	60 mil escolas	
PNLD Campo Programa Nacional do Livro Didático	2015	2,6 milhões de estudantes em 56.673 escolas, foram adquiridos 9,9 milhões de livros para os anos de 2016, 2017 e 2018.	“Em 2014, adquiriu aproximadamente 4,4 milhões de livros, beneficiando 2,7 milhões de estudantes, em 61.675 escolas”. (p.48)
Programa Escola da Terra	2015	6,8 milhões Estavam em formação 5,6 mil professores	Início em 2014, formou 7,6 mil professores
PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar (campo e cidade)	2012-2015: R\$ 14,3bilhões	42,7 milhões de alunos, por ano.	“Em 2015, foram transferidos R\$ 3,7 bilhões para atender a 41,8 milhões de estudantes, dos quais 5 milhões participaram do Programa Mais Educação” “Em 2015, foram formados 4.381 atores sociais, entre nutricionistas, conselheiros de alimentação escolar, gestores e agricultores familiares” (p.39)
Programa Caminho da Escola (campo e cidade)	2015: R\$ 11,3 milhões	74 veículos escolares	2012-2015 “foram adquiridos 43.746 veículos com recursos do FNDE, sendo: 18.279 ônibus, sendo 15.797 rurais e 2.482 urbanos acessíveis; 480 embarcações; e

			24.987 bicicletas com recurso total de, aproximadamente, R\$ 3,2 bilhões de reais” (p.39) ‘Financiamento do BNDES: 785 ônibus, sendo 776 rurais e 9urbanos acessíveis’. “Recurso próprio: 56.663 veículos, sendo5.505ônibus, divididos em 4.204 rurais e 1.301 urbanos acessíveis, 13 embarcações e 51.145 bicicletas’ . (p.39)
PNATE Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (campo e cidade)	2012-2015: R\$ 2,3 bilhões	5.218 entes federados	“Em 2015, 5.256 municípios foram atendidos, com um investimento de R\$ 573,9 milhões” (p.39)
PRONA-CAMPO Programa Nacional de Educação do Campo	2015 2015 “O PAR não abriu para a ampliação e reforma de escolas”.	2.560 projetos aprovados para construção de escolas do campo, indígenas e quilombolas.	2012 – 2014 “foram aprovadas 3.819 construções de escolas, sendo 2.240 no campo , 169 indígenas, 131 destinadas às áreas remanescentes de quilombos e 1.279 em áreas urbanas, com investimentos de aproximadamente R\$ 4,8 bilhões”. “2012 – 2014: ampliação e reforma de 55 escolas em área rural, sendo 51 do campo , 3 indígenas e 1 quilombola”. (p.47)

Fonte: As autoras, 2019. Documento orientador: Relatório de gestão consolidado exercício 2015(BRASIL, 2016).

No âmbito da SECADI, atualmente extinta, e do Ministério da Educação, foram elaborados os relatórios de gestão referentes ao exercício de 2004 a 2017, que descrevem os programas e as ações desenvolvidas, mapeamentos, índices, financiamento, recursos, prestação de contas, legislação, entre outros. Esse relatório vincula diferentes planos, alinhado as metas, objetivos, estratégias e iniciativas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), Plano Plurianual 2012-2015 (PPA) e Planejamento Estratégico Institucional 2015-2019 (PEI) (BRASIL, 2016).

Os relatórios de gestão correspondem à prestação de contas anual, apresentada ao Tribunal de Contas da União. Consultamos o relatório do ano de 2015, o mais atualizado, disponibilizado na página do Ministério da Educação. No qual é possível perceber a execução de alguns programas voltados à Educação do Campo.

Em 2016, não houve a institucionalização de programas educacionais, devido à Emenda Constitucional n.º 95, que foi aprovada e promulgada pelo Congresso Nacional, conhecida popularmente como a PEC do teto dos gastos públicos, que estabeleceu um novo

regime fiscal para o país, por um período de 20 anos, fixando limites para os gastos e investimentos em diversas áreas sociais, incluindo a área da educação (BRASIL, 2016).

Nos relatórios disponíveis, inseridos no quadro acima, os programas da educação básica, que se referem diretamente à educação do campo, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE temático), o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e o Caminho da Escola, foram inseridos porque atendem, tanto aos alunos do campo, como aos alunos da cidade.

Situação de alguns programas

Vejamos, de modo geral, como está à situação de alguns desses programas tendo como referência o ano de 2019. Os programas PNBE E PNLD/campo enviaram os livros para as escolas conforme as edições e adesões realizadas, sendo extinto em 2017. A primeira versão do PNLD campo ocorreu em 2013, tendo a previsão de atender de 2,5 milhões de alunos de 60 mil escolas, com a distribuição de livros didáticos destinados ao 1º e ao 5º ano do ensino fundamental. Esses livros consumíveis tinham validade de três anos, sendo substituídos a cada triênio (2013-2015).

A segunda versão do PNLD campo ocorreu em 2016, ficando vigente no triênio 2016-2018. Em 2017, foi aprovado o Decreto n.º 9.099, que unificou todos os programas referentes a livros didáticos e literários, PNLD e PNBE. Dessa forma, o PNLD campo, passa a ser extinto e as escolas do campo, assim como as escolas urbanas, passam a participar da escolha do livro didático pelo mesmo programa. Esse momento marca, na história, um retrocesso de uma conquista para a educação do campo e povos camponeses.

Em 2012, o MEC, lançou o edital de chamada pública para oferta de cursos de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), pelas instituições federais de ensino superior, no âmbito do PROCAMPO. Os cursos de licenciatura, na forma presencial, foram destinados à formação dos professores para atuar nos anos finais do ensino fundamental, e no ensino médio. Foram aprovadas 44 propostas de cursos de universidades e institutos federais do país (BRASIL, 2013).

Em síntese, no âmbito do PRONACAMPO, são desenvolvidos os cursos oferecidos pelo PRONATEC/INCRA, conforme consta na página on-line do programa, os editais de abertura dos processos seletivos e inscrições. Os demais programas referentes ao Dinheiro

Direto na Escola; Transporte Escolar; Alimentação Escolar da Agricultura Familiar; Alfabetização de Jovens e Adultos, permanecem vigentes.

O Programa Caminho da Escola, criado em 2007 pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), é responsável pela aquisição da frota de veículos escolares, ônibus, barcos, lanchas e bicicletas. Esse programa visa ao acesso e à permanência do aluno na escola e a redução da evasão escolar dos estudantes das áreas rurais. O referido programa obteve grande impacto no âmbito nacional, atendendo a milhares de estudantes da escola pública, possibilitando o acesso mais digno à escola. Segundo notícias divulgadas pela Assessoria de Comunicação, na página do MEC e do FNDE, em 2019, o governo federal entregou 552 ônibus escolares, sendo 116 nos municípios de Santa Catarina e 180 ônibus nos municípios de São Paulo, entre outros estados.

De modo geral, ainda permanecem em vigência os programas destinados a educação do campo: Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Projovem Campo – Saberes da Terra. No âmbito do PAR, o Projeto Espaço Educativo Rural, que visa à construção de escolas. Sobre a formação de professores, tanto da área urbana, quanto rural, há o PARFOR, que contempla os professores da educação básica. Outro programa de formação é o RENAFOR, O PRONERA, com cursos específicos de formação para professores da educação do campo. Os cursos de Licenciatura em EC, pelos institutos e universidades federais.

O programa Escola da Terra, em vigência até o ano de 2016, envolveu dentre outras ações, a formação continuada de professores das classes multisseriadas do campo, ou quilombolas, e material didático pedagógico.

A SECADI foi de fundamental importância para o desenvolvimento dos programas para a Educação do Campo, indígena, quilombola, Jovens e Adultos, e para a área da alfabetização. Instituída pelo Decreto n.º 5.159, de 28 de julho de 2004, possibilitou, com suas ações, a melhoria do atendimento educacional no país. Atualmente, a Educação do Campo, Indígena e Quilombola está atribuída à Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP), sob a responsabilidade da Diretoria de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras, e sob o encargo da Coordenação-Geral de Educação Indígena e Quilombola do Campo.

Em síntese, ao observamos esses Programas é possível perceber a abrangência e relevância dessas ações para a Educação do Campo:

- O PDDE, destinado às escolas da cidade e do campo, permite a execução de serviços referentes à manutenção da escola, tanto na infraestrutura, como na parte pedagógica, sem maiores burocracias, auxiliando na resolução de problemas pontuais. O PPDE água, é concedido às escolas que não dispõem de abastecimento de água. O programa atendeu em 2015 cerca de 4.447 escolas em todo o país. Sendo uma ação muito importante que contribui para o funcionamento da escola e para o atendimento educacional adequado.
- O Projovem Campo atua na escolarização básica e na qualificação profissional, conta com bolsas, visando à permanência dos alunos. Em 2008, passou a incorporar o programa Saberes da Terra. Em 2014, 302 municípios de 14 estados e do DF receberam o programa.
- O PROCAMPO, em 2015 criou 13.770 vagas, com investimento de 18,4 milhões de reais, nos cursos de graduação em Licenciatura em Educação do Campo, ofertadas pelas instituições públicas de ensino superior.
- O PNBE temático disponibilizou livros com temáticas referentes à cidadania, diversidade e inclusão, voltados para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio. O PNBE temático 2013, abordou 9 (nove) temas distintos, ampliando a discussão acerca dos direitos humanos, relações étnico-raciais, educação especial, povos do campo, indígenas, quilombolas, juventude, EJA e sustentabilidade. Os acervos abrangem 45 títulos. O programa já atendeu 60 mil escolas em todo país.
- O PNLD Campo distribuiu livros didáticos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, contemplando cerca de 2,6 milhões de alunos e 56.673 escolas em 2015.
- O Programa Escola da Terra, já atendeu 6,8 milhões de alunos e 5,6 mil professores em processo de formação.
- O PNAE contempla todas as etapas da educação básica, atende cerca de 42,7 milhões de alunos anualmente.
- O Programa Caminho da Escola, em 2015, adquiriu 74 veículos escolares, atendendo aos alunos das escolas rurais e aos alunos especiais que residem nos centros urbanos. Em três anos, o programa adquiriu 43.746 veículos com recursos do FNDE. Também são adquiridos veículos com financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e com recursos dos próprios dos estados e municípios. O programa impactou na redução da evasão escolar, permitindo o acesso à escola, promovendo o conforto e segurança dos alunos, além de facilitar a aquisição de veículos próprios. O PNATE, em 2015, atendeu 5.256 municípios, com investimento de 573,9 milhões de reais.
- O PRONACAMPO aprovou, no ano de 2015, 2.560 projetos para construção de novas escolas. Porém não foram disponibilizados recursos para ampliação e reforma de escolas.

Plano Nacional de Educação (2014-2024)

O Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência até o ano de 2024, propõe Metas e Estratégias para a educação pública em todo o território nacional, com previsão de alcance dessas metas no período de dez anos. A partir do PNE, os estados e municípios constituem os seus próprios planos, selecionando e adaptando as metas e estratégias pertinentes ao seu contexto.

Ao observar os 20 temas e suas respectivas metas estabelecidas no Plano, podemos perceber que ele abordou temas de relevância social para o desenvolvimento da população brasileira. Temas centrais que necessitam de um esforço maior para reduzir as desigualdades educacionais e as dificuldades encontradas em cada um desses segmentos. Esses temas impactam no ensino da escola pública, na formação dos estudantes, na gestão escolar, na valorização dos professores, na formação intelectual e profissional, na qualidade da educação, na alfabetização e no financiamento, já que, sem este, a execução do plano não seria viável. Logo, os temas elencados são pertinentes e condizem com a realidade social e educacional do país.

No entanto, percebe-se que a Educação do Campo não aparece na pauta das 20 metas centrais referentes à educação do país, o que denota ausência de interesse ou de priorização por parte das entidades que participaram da elaboração do plano. Pois, considerando que a educação para as populações rurais, perdurou por anos de “esquecimento”, seria imprescindível sua inclusão como tema central, e não a sua “distribuição” em diversas metas e estratégias, como foi feito. A respeito dessa ausência, Santos (2018) destaca que o PNE desconsiderou a população do campo, quando tratou desse tema de forma periférica. De acordo com Pierobon (2014), o texto do PNE não considerou as decisões e proposições da CONAE (Conferência Nacional de Educação), atendendo, de forma parcial, as reivindicações da sociedade.

Das 20 metas estabelecidas no documento do PNE, apenas uma meta faz referência direta à educação para os povos do campo, é a meta de número 8. Vejamos:

Elevar a escolaridade média da população de dezoito a vinte e nove anos, de modo a alcançar, no mínimo, 11 (onze) anos de estudo, no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2014).

Essa meta visa à ampliação da escolaridade entre os jovens e adultos, referentes às etapas dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, tanto dos povos do campo,

como dos negros. Das 254 estratégias contidas no texto do PNE, foram localizadas apenas 18 que contemplam explicitamente a Educação do Campo. O texto menciona as populações rurais e/ou as escolas do campo, as comunidades indígenas e quilombolas. O PNE não faz referência às classes multisseriadas, o que denota certa negligência e negação à existência das classes multisseriadas na EC no país.

Esse fato é um indicativo de que a educação para os povos do campo ainda necessita de um olhar mais atencioso no âmbito nacional. As estratégias identificadas estão contidas em diferentes metas que contemplam os diferentes segmentos da educação, abarcando desde a educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; educação de jovens e adultos; educação em tempo integral; educação profissional; alfabetização; sala de recursos multifuncionais; transporte escolar; currículo e propostas pedagógicas; formação do professor e cursos de mestrado e doutorado.

Seis metas e suas respectivas estratégias não mencionaram explicitamente o termo *educação do campo*, o que não significa afirmar que elas não contemplam de alguma forma, a educação para os povos do campo. Essas metas abordam, de forma universal, as questões e os problemas educacionais do país. As metas 9, 13, 16, 17, 19 e 20 referem-se a educação como um todo, não excluindo, contudo, a Educação do Campo.

O inciso II do Artigo 8º, da lei do PNE, menciona a educação do campo quanto ao respeito às especificidades de cada povo, na elaboração do Plano de Educação Estadual e Municipal. O inciso indica: “considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e diversidade cultural” (BRASIL, 2014).

Nota-se que o PNE contempla alguns aspectos da EC e que o estabelecimento de estratégias, em âmbito nacional, expressa o reconhecimento de uma demanda socioeducacional que precisa ter as condições de igualdade e de oportunidades garantidas. Tratar a educação do campo, do ponto de vista do direito igualitário, é fornecer condições para que as populações do campo, crianças, jovens e adultos, tenham acesso a uma escola de mais qualidade e com mais oportunidades educacionais.

CONSIDERAÇÕES

Essa discussão possibilitou conhecer um pouco da trajetória percorrida pela educação do campo, ao longo dos anos, como a negação do direito ao acesso à educação, a exclusão dos povos do campo, quando da ausência da implementação das políticas públicas educacionais, e

seu desdobramento na perpetuação da taxa de analfabetismo entre essas populações. Depois disso, observamos o movimento de luta social, organização e mobilização para que moradores e trabalhadores do campo tivessem o seu direito garantido e pudessem, de fato, ter acesso à escolarização.

Essa mobilização resultou na criação de uma política de educação, programas e projetos voltados à população do campo, bem como na formulação da legislação que orienta e regulamenta a educação em todo país. Esse momento de investimento, tanto financeiro, quanto pedagógico e legislativo, marcou o desenvolvimento da educação do campo. Nesse período, foram criados e implementados vários programas que abordaram diversos segmentos, como a formação do professor, criação dos cursos de licenciatura em EC, a produção de materiais didáticos específicos, o transporte escolar para os alunos, a merenda escolar da agricultura familiar, além das questões referentes à estrutura física, como a construção e reforma das escolas, o abastecimento de água, de energia elétrica e de internet, entre outras ações que contribuíram para que os sujeitos do campo tivessem acesso mais digno à escola.

A educação do campo passa a ganhar visibilidade no final dos anos 1990, sendo marcada com a criação do PRONERA, em 1997, no governo do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Depois disso, a Educação do Campo passou a ter avanços significativos com a criação da SECAD em 2004, posteriormente SECADI, no governo do PT (Partido dos Trabalhadores), período em que houve grande produção bibliográfica sobre a EC e a efetivação de vários programas e ações. Com as mudanças no cenário político, a SECADI é destituída, em janeiro de 2019, no governo do PSL (Partido Social Liberal).

A educação do campo passou a ganhar notoriedade no cenário da política educacional brasileira, com avanços significativos, em 1997, e de 2004 a 2015, como já foi mencionado. Embora ainda haja um longo caminho a ser percorrido, tendo em vista, o retrocesso de algumas ações e programas, como a extinção do livro didático para as escolas campo, na tentativa de uniformizar o ensino em todo o país, conforme prerrogativas estabelecidas pela BNCC, desconsiderando, em termos curriculares, as especificidades de cada modalidade de ensino. Além disso, como a base da educação do campo é oriunda da luta dos movimentos sociais, a busca por melhorias e reivindicações ainda continua.

Por fim, as ações desenvolvidas no âmbito da educação do campo visaram a melhoria da qualidade da educação, ampliando o acesso à escola, diminuindo as desigualdades sociais e educacionais, respondendo as reivindicações dos movimentos sociais

e das comunidades. Como as escolas do campo possuem demandas específicas, tornam-se imprescindíveis a continuação e a criação de programas e projetos efetivos que correspondam às reais necessidades das escolas e alunos, reduzindo assim as dificuldades e oportunizando o acesso mais digno ao conhecimento, fortalecendo e desenvolvendo, assim, a Política de educação do campo no país.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Educação do Campo e a formação de professores: Construção de uma política educacional para o campo brasileiro. **Ci. & Tróp.** Recife, v.34, n. 2, p.207-226, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/download/868/589>. Acesso em: 04 jan.2019.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. *et al.* Formação e Trabalho docente na Educação do Campo: protagonismo e identidades em construção. In: MOLINA, Mônica Castagna. (org.). **Educação do Campo e Pesquisa II: Questões para reflexão**. Brasília: MDA / MEC, 2010. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Vendramini.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

ARROYO, Miguel Gonzalez. FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/edbasicapopular.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: [portal.mec.gov.br>arquivos>pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf). Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. **Educação do Campo marcos normativos**. Brasília, 2012. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf. Acesso em: 23 abr. 2018.

_____. **Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 05 jun.2018.

_____. **Parecer CNE nº 36/2001**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: [http:// portal.mec.gov.br/](http://portal.mec.gov.br/). Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 08. jan. 2018.

_____. **Relatório de Gestão Consolidado Exercício 2015**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34523>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. **Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO:**
Documento Orientador. Brasília, 2013.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. **Guia PNLD Campo 2016.** Disponível em:

<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livrodidatico/item/6575-guia-pnld-campo-2016-%E2%80%93-93-anos-iniciais-do-ensino-fundamental>. Acesso em: 2 fev. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social.** 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-etc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

KOLLING, Edgar Jorge. CERIOLI, Paulo Ricardo. CALDART, Roseli Salette. (Orgs.) Educação do campo: identidades e políticas públicas. Brasília, DF: **articulação nacional Por Uma Educação do Campo**, 2002. Coleção Por uma educação do Campo, nº4.

Disponível em:

<http://www.forumeja.org.br/ec/files/Vol%204%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

PIEROBON, Jonas Renato Donizeti. **Educação do Campo no Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024: tramitação do projeto de lei nº 8035/2010.** Orientador: Maria Aparecida SegattoMuranaka. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, São Paulo, 2014.

Disponível

em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/128117/000850715.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 fev. 2018.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira. CAMPOS, Marília. Educação Básica do Campo. In: CALDART, Roseli Salette Caldart; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário de Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 239-246. Disponível em:

<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2018.

SANTOS, Fábio Josué Souza dos. **Docência e Memória: narrativas de professoras de escolas rurais multisseriadas.** Orientador: Elizeu Clementino de Souza. 2015. 402 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Salvador, 2015.

SANTOS, Marilene. Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. **Ensaio: aval. pol. publ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.26, n. 98, p. 185-212, jan./mar. 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v26n98/1809-4465-ensaio-26-98-0185.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2018.

SILVA, Maria do Socorro. **As práticas pedagógicas das escolas do campo: a escola na vida e a vida como escola.** Orientador: Maria Eliete Santiago. 2009. 464 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3710/1/arquivo192_1.pdf. Acesso em: 08 ago. 2018.

RURAL EDUCATION IN THE BRAZILIAN EDUCATIONAL POLICY SCENARIO

ABSTRACT.

This article aims to present a brief overview of the emergence and development of public policies facing to Rural Education. The theoretical contribution is based on the current legislation that governs it. The bibliographic search was carried out through the consultation, reading and analysis of official documents, reports, laws and ordinances that deal with the theme, as well as access on official websites of the federal government, forums and committees focused on the theme. The results showed a history of denial of Brazilian state towards the people of the countryside, and subsequently the struggle of social movements and organizations for the right to education of these populations, which resulted in the creation and development of programs and actions for rural schools, such as school transport, the preparation of specific teaching materials, the adequacy of school lunches, programs related to water supply, electricity supply, teacher training in the area, the formulation of official documents such as laws and resolutions for the regulation of this modality, among others. Currently, Rural Education still struggles to guarantee schools in rural areas and their inclusion in the central guidelines of the educational debate, such as the inclusion of the theme in the National Education Plan.

Keywords: Rural Education. Educational policies. Programs and actions.

LA EDUCACIÓN RURAL EN EL ESCENARIO DE LA POLÍTICA EDUCATIVA BRASILEÑA

RESUMEN.

Este artículo tiene como objetivo presentar una breve descripción del surgimiento y desarrollo de políticas públicas dirigidas a la Educación Rural. El aporte teórico se basa en la legislación vigente que lo rige. La investigación bibliográfica se llevó a cabo mediante la consulta, lectura y análisis de documentos oficiales, informes, leyes y ordenanzas que tratan el tema, así como el acceso a sitios web oficiales del gobierno federal, foros y comités centrados en el tema. Los resultados mostraron una historia de negación del estado brasileño hacia la gente del campo, y posteriormente la lucha de los movimientos y organizaciones sociales por el derecho a la educación de estas poblaciones, lo que resultó en la creación y desarrollo de programas y acciones para las escuelas rurales, tales como el transporte escolar, la preparación de materiales didácticos específicos, la adecuación de los almuerzos escolares, los programas relacionados con el suministro de agua y electricidad, la capacitación de docentes en el área, la formulación de documentos oficiales como leyes y resoluciones para la regulación de esta modalidad, entre otros. Actualmente, Educación Rural aún lucha por garantizar la presencia de escuelas en las zonas rurales y su inserción en las agendas centrales del debate educativo, como la inclusión del tema en el Plan Nacional de Educación.

Palabras clave: Educación rural. Políticas educativas. Programas y acciones.

Submetido em: 16/09/2020

Aprovado em: 21/03/2021

Publicado em: 31/05/2021